

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DA SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
COMAM**

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Data: 27 de junho de 2019

Horário: das 14h00min às 16h30min

Local: Sala de Reuniões do CMDUA, Av. Borges de Medeiros, 2244 – 6º andar – Porto Alegre/RS

Porto Alegre/RS

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

No dia 27 de junho de 2019, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se reuniu, no prédio da SMAMS, às quatorze horas, para reunião ordinária. **PRESENTES:** Germano Bremm e Márcia Corrêa, **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**; Fábio Bandeira Machado, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento - SMDE**; César Xavier Hoffmann, **Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE**; Renê José Machado de Souza, **Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU**; Fernanda Correa Klingner, **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**; Odilon Francisco Pavon Duarte, **PUC-RS**; Ana Paula Restelli, **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**; Thiago Gimenes Fontoura, **UAMPA**; Karen Machado, **Ordem dos Advogados do Brasil RS – OAB/RS**; Ivo Lessa Silveira Filho, **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia RS - CREA/RS**; Fabiana da Silva Figueiró, **FIERGS**; Káthia Maria Vasconcellos Monteiro, **Instituto Augusto Carneiro**; Vanessa Falcão Amorim, **Associação Toda Vida**; Lígia Maria de Faria Miranda, **Associação Toda Vida**; e Lenice Maria Consoli Chanam, **Associação Profissional Sul Brasileira de Geólogos – APSG**. **DEMAIS PRESENTES:** Ada Raquel Doederlein Schwartz, **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**.

PAUTA:

- 1. Aprovação da Ata de 30 de maio de 2019;**
- 2. Apresentação Plano Diretor (Apresentação: Secretário Germano e Arquiteta Ada Raquel);**
- 3. Informações gerais sobre as 4 UCs do Município (Apresentação: Márcia Correa);**
- 4. Apresentação referente a obras/reformas Praça dos Açorianos (Apresentação Engenheiro Valter);**
- 5. Apresentação sobre manejo arbóreo da CEEE (Apresentação Joaquim Cardial);**
- 6. Assuntos Gerais.**

RELATO:

1 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
2 **Sustentabilidade - SMAMS:** Boa tarde a todos. Dando início aos trabalhos deste
3 conselho. Gostaria de aproveitar a oportunidade de me apresentar. Recentemente,
4 assumi a frente da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade a convite do Prefeito
5 esse desafio de tocar as questões urbanísticas e ambientais da nossa cidade. Eu até atuo
6 há algum tempo dentro do município, já na assessoria jurídica da Secretaria de
7 Urbanismo, aqui neste espaço há algum tempo atrás, a Secretaria antiga do
8 Planejamento, depois na Assessoria Técnica da Procuradoria Geral do Município. A
9 minha formação na área do direito, com especialização em direito urbanístico e imobiliário
10 ambiental e público. Espero poder contribuir com o trabalho deste Conselho, desta pasta.
11 Junto comigo na equipe assumiu, e trago aqui para apresentar a vocês a nossa Diretora
12 de Planejamento Urbano, a Patrícia Tschoepke, colega também do município, estava lá
13 no Escritório de Licenciamentos, já foi supervisora de planejamento junto com a
14 Coordenadora Ada, que está tocando as questões de planejamento urbano. Hoje não

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

15 pode vir a nossa a minha Secretária Adjunta Viviane Diogo, que estava lá na secretaria
16 como supervisora de licenciamento e acende, então, ao cargo de secretária adjunta, junto
17 comigo, ela que é bióloga, já foi Secretária do Meio Ambiente de São Leopoldo, tem um
18 expressivo conhecimento na área ambiental. E a gente vem junto com essa equipe aí
19 tentar se somar, construir e fortalecer este conselho. Eu tenho bastante respeito pela
20 atividade dos conselhos, profundo conhecimento principalmente no Conselho do Plano
21 Diretor, onde atuei por alguns anos, enquanto na Assessoria Jurídica, assessor na
22 Secretaria do Planejamento e Urbanismo. Eu sei da importância que tem e da
23 necessidade do fortalecimento, sei das dificuldades que muitos enfrentam, os conselhos
24 por muitas vezes são criticados pela incompreensão da população e da própria
25 administração da gestão. E o meu papel aqui é fortalecer, a gente trazer pautas positivas,
26 aproveitar essa oportunidade de fusão da Secretaria de Planejamento com a Secretaria
27 do Meio Ambiente. E a gente construiu uma pauta positiva, que é o nosso Plano Diretor. A
28 gente tem esse desafio de atualizar o Plano Diretor da cidade e por isso trouxe hoje aqui
29 até a nossa equipe de planejamento para a gente se insira nesse debate junto com o
30 COMAM, para que o COMAM possa participar desse processo de construção do Plano
31 Diretor, porque a gente bem sabe quantas dificuldades se causam na cidade em função
32 desse afastamento do planejamento das questões ambientais. Acontece que a gente tem
33 um Plano Diretor hoje mais urbanístico e muito teórico nos aspectos ambientais, sem ter o
34 nível de aprofundamento, que eu acho que nesse momento as secretarias em conjunto
35 vão ter oportunidade de construir um Plano Diretor bastante detalhado, com as questões
36 ambientais bastante delimitadas, para gente evitar tanta discussão que se tem,
37 empreendimentos acontecendo nos territórios da Cidade e pontualmente identificando as
38 questões ambientais no transcurso do processo do licenciamento. E como é positivo, e
39 importante, que a gente se delimite isso antecipadamente, que a gente tenha isso
40 mapeado no nosso território, com transparência e tranquilidade, que quem vier
41 empreender no território do município consiga ter essa noção muito clara de onde estão
42 as nossas áreas de preservação permanente, de proteção ambiental, as restrições, APP.
43 Enfim, tudo aquilo que delimita as questões ambientais. Estou aqui para construir, espero
44 contribuir com vocês aí nesse trabalho, a gente vai se conhecendo. Tenho ainda pouca
45 experiência na condução do Regimento Interno, das questões procedimentais e de
46 funcionamento. A Dra. Gabrielle, jurídica, que já acompanhava aqui os trabalhos, vai me
47 ajudar nesse processo. Então, iniciando os trabalhos, o primeiro encaminhamento é **1.**
48 **APROVAÇÃO DA ATA DE 30 DE MAIO DE 2019.** Alguém gostaria de fazer alguma
49 manifestação? Então, colocamos em votação a aprovação da Ata do dia 30 de maio de
50 2019. Votos favoráveis, quem é favorável levante a mão. (Contagem de votos = 11 votos).
51 Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenção? (Contagem de abstenções = 00
52 abstenções). **APROVADA A ATA.** Coloco em votação, sugiro a inversão da pauta, a
53 gente propôs aqui apresentação do Plano Diretor como primeira pauta, está aqui a
54 Coordenadora Ada, com a nossa Diretora de Planejamento. A ideia é da gente fazer uma
55 apresentação do que se está pensando de trabalho, a gente ir convergindo para vocês
56 também irem contribuindo depois com esse debate, como que a gente pode proceder. A
57 gente tem ideia de logo em seguida dar início na discussão oficial do Plano Diretor, que a
58 gente vem ao longo desses últimos tempos estabelecendo, construindo essa metodologia
59 de trabalho, estruturando bem como é que ele vai se operar para de fato começar
60 oficialmente a rodar essas discussões. A ideia é a gente trazer aqui o grupo, propôs essa
61 pauta Inicial. Eu sei que os colegas tinham algumas proposições de pauta em andamento,
62 enfim, mas como era o meu início, eu disse - vamos alinhar e nivelar os conhecimentos
63 desse grande trabalho que a gente tem pela frente, para todo mundo começar a pensar e

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

64 convergir em soluções alternativas para as questões do Plano Diretor. Como está aqui
65 também a Márcia, minha colega ali na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade,
66 eu sugiro a inversão de pauta, para na sequência a gente fazer essa apresentação do
67 Plano Diretor. Eu quero aprender e conhecer um pouquinho do trabalho da Márcia Corrêa,
68 também representante das SMAMS neste conselho. Ela vai falar um pouco sobre as
69 unidades de conservação do município, apresentação geral de como está correndo o
70 trabalho, o que se tem nessas áreas. E na sequência a gente apresenta o Plano Diretor.
71 Votos favoráveis, então, à inversão da pauta. Quem está de acordo, por favor, levanta a
72 mão? (Contagem de votos = 11 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos).
73 Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO**
74 **DE PAUTA.** Então, eu convido a colega Márcia bióloga a fazer apresentação das
75 unidades de conservação para nós. **3. Informações gerais sobre as 4 UCs do**
76 **Município. Márcia Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**
77 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Secretário. Boa tarde a todos. A gente já se
78 conhece, né. Então, não preciso me apresentar, mas eu gostaria de apresentar um dos
79 espaços que eu trabalho na Secretaria, que são as Unidades de Conservação e a Fauna
80 Silvestre. Existe um espaço na secretaria no novo organograma que se chama Unidade
81 de Proteção ao Ambiente Natural e neste espaço estão as Unidades de Conservação e a
82 Fauna Silvestre. O tempo é curto, eu sei que parece longo e extenso, mas eu vou ser
83 mais breve possível, vou dar uma pincelada em cada um desses temas. Quando a gente
84 fala em unidade de conservação... Eu vou eu vou ler isto aqui, porque eu sei que tá bem
85 ruim, vocês não vão enxergam. Dá para enxergar? Beleza! Bom, mas o que é unidade de
86 conservação? Nesta apresentação eu fiz algo bem semelhante recentemente, até o
87 convite foi estendido ao COMAM, para fazer a apresentação no dia 5 de junho. Então,
88 algumas pessoas se fizeram presentes, vai ser mais ou menos aquilo com algumas outras
89 informações. Unidade de conservação para quem trabalha com ela é meio que uma
90 paixão, até por isso que eu coloquei, peço desculpas, mas eu brinquei com os
91 bonequinhos do Amar É... Porque unidade de conservação é meio que isso. Legalmente
92 unidade de conservação é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as
93 águas e com características naturais relevantes. Legalmente é instituído pelo poder
94 público com objetivos de conservação, limites definidos e sob um regime especial de
95 administração, o qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Então, unidade de
96 conservação, antes de mais nada, é um espaço definido legalmente. Sobre o regime de
97 legislação federal, municipal e estadual a legislação... E eu trouxe algumas das
98 legislações que regem as unidades de conservação, entre elas a principal para nós,
99 enquanto unidade de conservação, que é a Lei nº 9.985, que cria o sistema de unidade de
100 conservação, o sistema nacional, o SNUC. Então, o SNUC é quase como uma Bíblia das
101 unidades de conservação, mas ele não vem sozinho, existem decretos e leis estaduais
102 que auxiliam e regulamentam essa legislação. É interessante que a lei estadual de 92,
103 que é o código florestal do Rio Grande do Sul, ele já falava em unidade de conservação. e
104 lá em 2000 a lei do SNUC retirou muitos dos seus conceitos na nossa legislação
105 Estadual. Então, existe ali uma grande compatibilidade. Resolução do CONAMA, lei
106 complementar municipal que cria o SMUC, que é o sistema Municipal de Unidade de
107 Conservação. As unidades de conservação são divididas em categorias, nós temos a
108 categoria sustentável, entre elas a APA, e aqui perto nós temos a APA do Banhado
109 Grande, em Viamão; e outra bem mais pertinho, que a APA do Delta do Jacuí, que aonde
110 nós temos ali todas aquelas moradias regulares ou irregulares. Aquelas moradias estão
111 dentro da APA do Delta do Jacuí. E nós temos as Unidades de Proteção Integral, que são
112 parques, reservas biológicas, refúgio da vida silvestre, monumento natural, reserva

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

113 biológica, estação ecológica. Todas as nossas unidades municipais são de proteção
114 integral. Nós temos a reserva biológica do Lami, nós temos o Parque Natural Municipal
115 Saint' Hilaire, o Parque Natural Municipal Morro do Osso e o Refúgio da Vida Silvestre
116 São Pedro, o refúgio é o nosso recém-chegado, foi em 2017 que ele foi criado. Essas
117 categorias existem basicamente dizer o que pode, o que não pode. As unidades de
118 conservação de proteção sustentáveis compatibilizam a conservação da natureza com o
119 uso sustentável da parcela, com o uso sustentável da parcela dos seus recursos naturais.
120 O que quer dizer isso? Pode ter moradia dentro, desde que essas moradias, desde que
121 estas ações dentro das unidades de conservação de Uso Sustentável, não desequilibrem
122 a sustentabilidade do local. Esse é um dos nossos objetivos lá nas ilhas do Delta, quando
123 a gente fala em Bairro Arquipelago, porque além de ser um bairro do município também é
124 uma unidade de conservação de uso sustentável e é uma unidade de conservação
125 estadual. As unidades de Proteção Integral significa que o objetivo dela é preservar a
126 natureza, sendo admitida apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Estas são as
127 nossas unidades e estas não permitem moradias. Nós temos reserva biológica do Lami
128 José Lutzenberger, com uma área de 204 hectares. A regularização fundiária dela é total,
129 ou seja, toda a área dela pertence a Porto Alegre. Pena que a imagem é tão ruim, porque
130 as fotos são muito bacanas. Quanto à estrutura, a infraestrutura e a estrutura da gestão,
131 nós temos um custo anual de aproximadamente R\$ 660.000,00 para manter a unidade de
132 conservação com algumas coisas básicas, como o salário dos servidores, como a
133 gasolina para os carros, alguma manutenção, telefone, água, luz, enfim. São seis
134 servidores lotados na unidade e aproximadamente 600 pessoas fazem a visitação a esta
135 unidade. Esta unidade, como uma reserva biológica, como todas as outras de categoria
136 de uso de proteção integral, ela é das mais protetivas. Então, existem regramentos muito
137 fortes, inclusive, a visitação a uma unidade de conservação, como a reserva, ela tem que
138 ser apenas de cunho de Educação, de pesquisa e acompanhado com servidores da casa,
139 acompanhado com pessoas da gestão. Então, são trilhas guiadas. Essa reserva nesses
140 últimos dois anos vem sofrendo uma mudança de gestão, essa mudança significa abrir as
141 portas para a comunidade. Como é uma unidade de proteção integral bastante restrita, ao
142 longo do seu tempo teve uma proteção bastante intensa, inclusive, infelizmente, ela tirou
143 um pouco a comunidade do seu redor e a compreensão da unidade de conservação para
144 a comunidade. Isso quer dizer que a comunidade não abraçava mais a unidade de
145 conservação, porque ela não compreende o que era aquilo ali, era apenas um espaço que
146 eu não posso entrar. As pouquinhos estamos fazendo o trabalho com a comunidade para
147 que a comunidade conheça a unidade, porque a gente só protege aquilo que a gente
148 conhece, a gente só ama aquilo que a gente conhece. O Parque do Morro do osso tem
149 127 hectares, sendo 58 desses hectares (Inaudível), 8 hectares pertencem a Porto Alegre
150 destes 27 hectares já pagos e 32 hectares fazem parte do precatório de R\$ 280 milhões
151 da Prefeitura. Então, nós temos uma dívida bastante grande com essa unidade de
152 conservação. E 68 hectares, então, ainda para regularizar. O custo anual da manutenção
153 desta unidade é em torno de um R\$ 1.200.000,00. Também o custo está colocado aí, os
154 valores dos salários dos servidores, a manutenção, gasolina, água, luz, enfim. São oito
155 servidores lotados e por ano, aproximadamente, 8.400 pessoas visitam a unidade. Este
156 valor aqui anotado são os valores de escolas, é o número de alunos ou de grupos que
157 participam. Só que a unidade de conservação recebe algumas pessoas a mais. Nós
158 temos aqui... Desculpa, eu não apresentei antes, nós temos aqui três gestores, nós temos
159 lá atrás do Josimar, o Sílvio que é o gestor do Morro do Osso. O Josimar é gestor do
160 Saint' Hilaire e o Gerson que é o antigo gestor do Saint' Hilaire, agora técnico responsável
161 do Saint' Hilaire. Então, faz uma parceria junto com o Josimar. E o Gerson, além disso,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

162 também trabalha na sede com todas as outras unidades de conservação. O Morro do
163 Osso tem um trabalho fantástico de educação ambiental, um trabalho feito ao longo de
164 muitos anos, aonde as escolas municipais de Porto Alegre já têm no seu calendário as
165 visitas. Então, constantemente, o pessoal refaz as trilhas, arrumam as Ilhas, nós temos
166 guardas-parques que vão lá, que além de arrumar as trilhas o pessoal junto com os
167 servidores da casa, junto com os estagiários fazem toda uma apresentação da unidade de
168 conservação. E o trabalho de pesquisa também é bastante interessante. O Saint' Hilaire é
169 uma unidade de conservação com 1148 hectares. Eu coloquei aqui o número total,
170 porque hoje nós fazemos a gestão total da área ainda, talvez esta seja uma pauta futura
171 para a gente explicar para vocês os andamentos da transmissão de gestão, digamos
172 assim, entre a transição de gestão entre Porto Alegre e Viamão. Como vocês sabem
173 Viamão solicitou e foi feito um acordo, estamos aí em tratativas para que Viamão assuma
174 80% do parque, que é a área que está no território de Viamão. Pode visitação total na
175 área, a regularização fundiária é total. Então, toda área pertence a Porto Alegre. O custo
176 anual gira em torno de R\$ 1.700.000,00 para a manutenção. São em torno de 21
177 servidores, cada vez diminuindo mais, porque os servidores estão se aposentando. E em
178 torno de 120.000 pessoas por ano passam na unidade, dá uma média de 10.000
179 visitantes por mês. Isso basicamente em finais de semana. O refúgio, a mais jovem das
180 nossas unidades, tem um total de 147 hectares, regularização fundiária, ou seja, pertence
181 a Porto Alegre 54 hectares. O Refúgio de vida Silvestre é uma unidade de conservação
182 que não há necessidade, por lei, de adquirir a terra. Então, pode ser feito um trabalho em
183 conjunto entre proprietário e gestão da unidade. O custo anual em torno de R\$
184 1.400.000,00 em manutenção. São 10 servidores. Como é uma unidade bastante jovem,
185 não tem ainda espaço físico para receber pessoas. Então, nós recebemos lá basicamente
186 grupos pequenos de pesquisa em educação ambiental ou para pesquisa, mas são grupos
187 pequenos, a gente não tem. Inclusive. Banheiros adequados para receber as pessoas.
188 Então, assim, enquanto gestão nós fazemos gestão de 1614 hectares de áreas
189 protegidas, mas não é apenas áreas protegidas ambientalmente, área protegida
190 ambientalmente sob o regime jurídico bastante intenso. E a gente tem que cuidar disso
191 para não acabar com problemas. São em torno de 48 servidores envolvidos nesse setor e
192 o trabalho é feito praticamente 24 horas por dia, inclusive, em sábados e domingos.
193 Então, nós temos em Porto Alegre, contando com as unidades de conservação municipais
194 e mais as estaduais, que fazem parte do território de Porto Alegre, nós temos em torno de
195 20%, 19,5% do território do município é protegido por unidade de conservação. São 9700
196 hectares de áreas protegidas como unidade de conservação. Não sei se dá para ver aqui
197 direitinho, mas segundo a legislação cada área protegida como unidade de conservação
198 tem um raio de proteção da sua zona de amortecimento de 10 km. Este é o valor
199 estipulado lá no nosso Código Florestal Estadual, sendo que a Legislação Federal prevê 3
200 km em um raio de zona de amortecimento, sendo que esses 3 km caem no momento em
201 que o projeto de plano de manejo é definida a zona de amortecimento tecnicamente. A
202 nossa lei estadual prevê que de qualquer forma, tendo plano de manejo ou não tendo
203 plano de manejo, nós temos 10 km de zona de amortecimento para fazer a gestão, ou
204 melhor, para proteção. É como se fosse uma zona tampão da unidade de conservação,
205 só que nós estamos falando de unidade de conservação dentro de uma capital bastante
206 urbanizada, sofrendo bastante com o impacto da urbanização, a pressão urbanística, a
207 pressão das pessoas, enfim. Cada uma destas unidades aqui marcadas, tem ali um raio
208 de 10 km. Então, vocês estão vendo no Parque do Morro do Osso os 10 km, pegando o
209 Guaíba. A gente faz várias autorizações para Guaíba, Guaíba nos demanda isso nos seus
210 licenciamentos. Eu acabei esquecendo de explicar uma coisa: o que significa essa zona

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

211 de amortecimento? Ela significa que dependendo do empreendimento tem que pedir a
212 autorização para a etapa de conservação, porque a unidade de conservação vai observar
213 aquele empreendimento, vai observar os seus objetivos de criação e vai analisar que tipo
214 de impacto aquele empreendimento pode gerar para a unidade de conservação. E aí é
215 dada, então, uma autorização, também chamada de anuência, pelo órgão gestor da
216 unidade. Agora voltamos aqui aos desenhos. Este é o raio do Morro do Osso, esse é o
217 raio do Morro do Osso, mais o Saint' Hilaire, aqui é o Morro do Osso, o Saint' Hilaire e a
218 rebio do lami. Aqui são todos eles e o Refúgio de Vida Silvestre São Pedro, que está aqui.
219 E não esqueçamos que nós temos uma unidade de conservação estadual aqui e o seu
220 raio de 10 km. Eu não coloquei aqui nas imagens, mas nós temos do lado de cá a APA do
221 Banhado Grande, que no seu raio de 10 km pega um pedaço de Porto Alegre. E nós
222 temos aqui o Parque Estadual de Itapuã, que também pega um pedaço de Porto Alegre,
223 licencia alguma coisa com isso tudo. O caso é que ao longo do tempo os órgãos foram se
224 organizando. A legislação estadual é bastante restritiva, ela é protetiva, isso quer dizer
225 que a hierarquia desta legislação não significa que a Legislação Federal tem maior
226 hierarquia com a Estadual, que é maior que a Municipal. Não! Ambientalmente falando, a
227 hierarquia se dá através da maior proteção. Então, se nós temos uma legislação Federal
228 que diz que se tem plano de manejo e zona de amortecimento tecnicamente instituída e
229 se não tem valem 3 km, mas que nós temos uma legislação Estadual que diz que valem
230 os 10 km, nós temos que respeitar a mais protetiva. Quer dizer, os 10km. Com essa
231 informação a gente também tem algumas saídas, que são saídas para a melhor gestão da
232 unidade. Vocês imaginam a APA do Banhado Grande, que é uma unidade estadual, ela
233 pega 42 municípios na sua zona de amortecimento de 10km. Os gestores não conseguem
234 trabalhar, eles são demandados, eram demandados o tempo todo para anuência de tudo
235 que era coisa. Então, o objetivo da unidade de conservação, realmente de proteção, ele
236 não era atingido em função da burocracia. Foi feito ao longo dos últimos anos algumas
237 adequações, aonde coloca essa legislação... Como é que eu vou dizer e explicar isso?
238 Ainda mais que tem tanta gente do jurídico aqui dentro. Mas o que foi feito foram
239 legislações complementares, regramentos complementares, que não deixam de proteger
240 a unidade e nem de atender a legislação, mas que faz um filtro. Então, por exemplo, a
241 nossa legislação Municipal prever que em um raio de 2 Km um tamanho "x" de
242 empreendimento vai passar pelas unidades e um tamanho outro de empreendimento é
243 autorização prévia. Assim como o Estado faz hoje, aliás, o estado, toda a zona de
244 amortecimento da unidade da APA e do Parque do Delta do Jacuí tem o seu plano de
245 manejo com a zona de amortecimento tecnicamente instituída. Portanto, Porto Alegre aqui
246 fica automaticamente autorizada de várias doenças, várias autorizações. Então, a gente
247 não precisa, o estado não precisa o tempo todo pedir licença para gente, para algumas
248 atividades que estão naquele raio, e nem nós precisamos pedir licença para o estado para
249 qualquer coisa que aconteça neste perímetro de Porto Alegre. Mudando de tema, então,
250 porque eu só vou dar pinceladas. **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Eu só quero fazer
251 uma observação a título de contribuição. Do ponto de vista do licenciamento ambiental a
252 gente apoia bastante essa ideia que o governo do estado já faz, que existem resoluções
253 do próprio COMAM nesse sentido de anuir ou autorizar previamente algumas atividades.
254 A gente das dificuldades da troca de informações entre todos os órgãos, o que acaba
255 muitas vezes fazendo com que os licenciamentos se tornem mais morosos,
256 principalmente nessa questão do raio dos 10 km. Esse artigo do Código Estadual do Meio
257 Ambiente, o art. 55, parágrafo único o primeiro, se eu não estou enganada, ele é um
258 artigo que na nossa opinião se encontra defasado em relação a própria lei que criou o
259 Sistema Nacional de Unidades de Conservação lá em 2000 e a resolução do CONAMA

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

260 que trata do assunto. Essa zona do entorno de 10 km, que o código exige essa
261 autorização no âmbito do licenciamento acaba se sobrepõe zonas de amortecimento
262 definidas, ou nos atos de criação, ou nos planos de manejo em um segundo momento. E
263 nos parece que essa questão precisa ser de alguma forma revista no estado, porque
264 perdeu o sentido e acaba sendo só mais uma autorização que acaba atravancando em
265 muita medida a obtenção das licenças. Então, quanto a isso fica o nosso elogio a essa
266 visão da Secretaria de Meio Ambiente. Inclusive, de se pensar na oportunidade de tratar
267 outros casos em que as autorizações poderiam também ser breves, além daqueles
268 previstos na resolução deste Conselho. Obrigada. **Márcia Corrêa, Secretária Municipal**
269 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada pela contribuição.
270 **Fabiana da Silva Figueiró, FIERGS:** Aproveitando, falando de zonas de amortecimento,
271 queria fazer uma pergunta em relação ao Refúgio do Morro São Pedro. O plano de
272 manejo chegou a ser aprovado? Porque existe uma versão disponível no site da SMAMS,
273 mas eu, particularmente, não identifiquei o ato, a portaria de criação. Então, é mais uma
274 dúvida minha mesmo, enquanto profissional que atua na área. **Márcia Corrêa, Secretária**
275 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada pela
276 contribuição. Sim, começando pelo final da tua pergunta, o plano de manejo foi
277 homologado, a unidade de conservação existe legalmente e talvez, se vocês quiserem,
278 em outro momento a gente passa a trazer a gestora para fazer um apanhado geral da
279 unidade de conservação. Quanto à proteção e o raio de 10km nós temos na Secretaria do
280 Meio Ambiente um cerne, o nosso maior conceito, digamos assim, é de proteção ao meio
281 ambiente. E essa proteção nos traz obrigações legais, mas principalmente obrigações de
282 proteção ao espaço tecnicamente instituído como unidade de conservação. Quando a
283 gente fala em facilidades ou, enfim, em pré-autorizações a gente está pensando muito
284 seriamente na proteção da própria unidade, porque muitas vezes se o gestor... E vocês
285 viram o número de servidores ali, que é pequeno para um trabalho de 24 horas por dia. E
286 este gestor não teria tempo hábil para trabalhar e para ficar analisando, inclusive,
287 *petshops*, que era o que acontecia. Então, o fato da gente ter essas pré-autorizações não
288 apenas facilita o trabalho, mas nos ajuda a realmente trabalhar e proteger aquele espaço
289 ambientalmente e legalmente protegido, que é o espaço de conservação com trabalhos
290 realmente para serem feitos e executados na unidade e na comunidade local. Então, tem
291 esse viés de proteção e de cuidado daquele espaço quando a gente prevê pré-
292 autorizações, como a nossa legislação e o próprio estado também. **Fabiana da Silva**
293 **Figueiró, FIERGS:** Estou de pleno acordo, porque faz muito mais sentido que o gestor se
294 preocupe com as atividades ali da zona de amortecimento definida, que foi um trabalho
295 técnico e estudado do que com o que pode estar acontecendo em 9,5 Km por conta de
296 um artigo da legislação estadual, que já está defasado frente a outras formas de proteção.
297 **Márcia Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
298 **SMAMS:** Obrigada. Continuando aqui, até porque a gente tem uma pauta gigante, agora
299 que eu me lembrei. Medidas compensatórias, dentro da Legislação Federal a criação de
300 unidade de conservação é prevista, mas também são previstas formas de manutenção e
301 uma delas é a compensatória. Unidades de conservação que são atingidas com
302 empreendimentos de grande porte, que tenha estudo de EIA RIMAS, essas unidades de
303 conservação automaticamente podem receber uma verba para auxiliar na gestão dessas
304 unidades. Então, assim a medida compensatória existe porque há uma medida de
305 compensação, há uma forma de compensação pelos danos causados por grandes
306 empreendimentos. Então, somente licenciamentos com EIA RIMA que vão gerar medidas
307 compensatórias. Onde utilizar? Somente em unidades de conservação afetadas pelo
308 empreendimento, desde que na mesma bacia hidrográfica e cadastradas no Sistema

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

309 Municipal ou Estadual, ou o Sistema Nacional, aí depende do órgão que está licenciando.
310 Se Porto Alegre está licenciando pode indicar qualquer uma das quatro unidades, porque
311 as quatro estão dentro do Sistema Municipal e assim por diante. Motivo e como utilizar:
312 como utilizar as medidas compensatórias? É um trabalho para gente vem fazendo, tem
313 que ter regras claras e um arcabouço legal, que a prefeitura e a secretaria está em
314 andamento. Tem o regimento interno e um fluxo bem definido dentro da SMAMS.
315 Recentemente, no ano passado ainda, foi feito o Decreto nº 20.264, que criou a Câmara
316 Municipal de Compensação Ambiental. Através da criação dessa câmara a gente vai ter
317 os regramentos, o regimento interno e um fluxo bem definido. E através da criação dessa
318 câmara também nós vamos poder reivindicar do Estado o valor de R\$ 3.500.000,00 da
319 construção da Arena do Grêmio, que foi um empreendimento de grande porte, licenciado
320 pela prefeitura, porém, quando na época houve divergências quanto à utilização dessa
321 medida compensatória, o governo estadual, junto com o Ministério Público, recolheram
322 esse dinheiro e entregaram para os cuidados da Câmara Estadual de Compensação
323 Ambiental, porque o estado já tinha todo esse este espaço bem instituído e regrado. O
324 ano passado, em conversa com a secretaria, nós conseguimos com um diálogo fazer com
325 que a secretaria do estado compreendesse que esse valor é nosso. O que nos disseram?
326 Concordamos, mas criem a Câmara de vocês. Então, foi feito, instituído este ano com o
327 decreto e estamos organizando a câmara para chamar as pessoas para que a gente
328 possa também trazer esse dinheiro, que já foi depositado em uma conta do estado. E
329 esse valor de R\$ 3.500.000,00 vai ser utilizado nas nossas unidades de conservação. O
330 estado compreendendo que o empreendimento é bastante próximo do parque e da APA
331 do Delta já nos disseram: “Olha, mas uma parte disso nós merecemos”. Sim, é verdade,
332 por lei merece, mas quem vai definir esses valores será a Câmara Municipal de
333 Compensação Ambiental. Planos de manejo, cada uma das unidades depois de criada
334 tem o seu plano diretor, que se chama plano de manejo dessas áreas. O Refúgio da Vida
335 Silvestre São Pedro, o plano foi homologado em 2018, excelente trabalho, gigante
336 trabalho, que, inclusive, vai ser vai ser utilizado na construção e revisão do Plano Diretor.
337 Reserva biológica do Lami, o plano está em construção interna. O que quer dizer isso?
338 Está sendo feito com mão de obra da casa. Então, nós temos um grupo já trabalhando na
339 construção da revisão do plano de manejo do Lami. Essa revisão vai precisar de alguns
340 estudos complementares, que também já estão em andamento na secretaria para
341 contratação. O Parque do Morro do Osso e o Parque Saint’ Hilaire nós estamos no
342 processo de construção do termo de referência para contratação de uma empresa que vai
343 fazer a revisão dos dois. Então, esse trabalho e esse estão sendo feitos de forma
344 concomitante com um grupo pequeno, vai devagarzinho, mas está indo. Chegou o final,
345 então, e eu acho que o eu me coloco à disposição se alguém quiser fazer alguma
346 pergunta. Secretário, devolvo o microfone. **Ada Raquel Doederlein Schwartz,**
347 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acabei
348 indo falar com as colegas, a gente sabe que o trabalho de zoneamento das unidades de
349 conservação, uma vez delimitadas, tem além dela a zona de amortecimento e além dela
350 os 10 km. Tudo isso se sobrepôs, originou aquela figura que tu nos mostraste. E ainda
351 tem uma outra questão que a gente já foi pautado pelo Ministério Público, que por
352 obrigação Federal essas unidades têm que ser linkadas por corredores, como se fossem
353 caminhos de uma unidade para outra, corredores ecológicos. Isso está previsto na lei
354 federal e o Ministério Público já nos questionou a respeito. Então, esses mapeamentos
355 todos na cidade têm um impacto sobre os regimes urbanísticos, tanto das unidades de
356 conservação quanto dos corredores. Eu queria saber, assim, se a gente já tem alguma
357 noção dentro da área ambiental da SMAMS em relação aos corredores, porque nesse

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

358 momento da revisão vai ser muito importante da gente prever na medida do possível.
359 **Márcia Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
360 **SMAMS:** Ada, obrigada pela pergunta. Inclusive, isso já está por lei, é nossa obrigação
361 também analisar os corredores ecológicos na hora do próprio licenciamento, das
362 autorizações. O Parque do Morro do Osso tem delimitado seu corredor. O Refúgio da
363 Vida Silvestre também tem delimitado os corredores dentro do plano de manejo e na
364 revisão nós vamos ter que trabalhar melhor isso sim; mas hoje, todo esse material das
365 unidades, os *buffers* das unidades de conservação, do raio de 10 km e de 2 Km, assim
366 como os corredores, se encontram no nosso site. Então, os empreendedores têm acesso
367 a esse material. Então, eles já sabem o que podem ou já sabem que vão nos encontrar
368 pelo caminho – Opa, vou ter que conversar com unidade de conservação. Inclusive,
369 dentro do próprio licenciamento nós estamos trabalhando no termo de referência, aonde o
370 empreendedor no começo já do licenciamento tem a noção do que nós vamos solicitar ao
371 longo do caminho. Hoje o licenciamento é muitas vezes confuso, então, ele chega na
372 secretaria e passa pela unidade de conservação várias vezes. Então, a gente precisa
373 informar corretamente ao empreendedor o que é importante. Então, ele já vai vir com uma
374 noção do que é importante para a gente e o que vai poder trabalhar dentro do seu
375 empreendimento para que haja menor impacto possível. Então, os corredores vão ser
376 trabalhados sim. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretário Municipal do Meio**
377 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Uma segunda dúvida. No SMUC é
378 colocado que o corredor ambiental tem que ser definido por três critérios: ambiental,
379 econômico e social. Uma vez para ser sustentável, uma vez estando dentro do plano de
380 manejo, estou entendendo que apenas o critério ambiental teria sido contemplado e não
381 econômico e o social. Estou fazendo essa hipótese, porque o econômico deveria ter o
382 levantamento fundiário, econômico, custo da implantação desse corredor para o poder
383 público. Então, só queria confirmar, esses que estão delimitados hoje foram atendem
384 apenas um dos critérios, para eles serem colocados oficialmente terão que fazer os outros
385 dois critérios? **Márcia Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**
386 **Sustentabilidade - SMAMS:** É correto em parte. No momento em que os corredores
387 ecológicos estão definidos, principalmente ao longo dos recursos hídricos. Então,
388 ambientalmente, eles já são protegidos, porque o recurso hídrico tem as suas APPs.
389 Então, basicamente, são essas APPs que fazem parte dos corredores. Alguma coisa fora,
390 que sim, a gente vai ter que fazer essa conversão entre as áreas. **Germano Bremm,**
391 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
392 **SMAMS:** Olha que importante essa integração do planejamento urbanístico com o meio
393 ambiente. A Ada já está fazendo as reflexões para gente no próximo plano ter bem
394 presente todas as nuances e ter essa delimitação prévia. **Káthia Maria Vasconcellos**
395 **Monteiro, Instituto Augusto Carneiro:** Essa questão da Reserva Biológica do Lami,
396 sempre foi uma grande preocupação, porque uma reserva biológica, uma unidade de
397 conservação de uso muito restrito. Basicamente, só para pesquisa e mesmo assim com
398 áreas que não tem nem pesquisadores visando recuperar essa unidade de conservação.
399 Nos últimos anos, quer dizer, desde a década de 80, da época dos governos PT na
400 prefeitura, vem se incentivando o uso dessa reserva biológica de uma forma que interaja
401 muito com a comunidade. Nós chegamos ao ponto de termos em uma reserva biológica
402 um viveiro, uma horta, uma plantação de ervas medicinais. Não lembro bem agora, mas
403 chegamos a ter isto. Isto quando o Secretário Beto Moesh foi secretário acabou com isso.
404 Não pode, não é possível. Eu estou muito preocupada com essa proposta de aproximar a
405 comunidade da reserva biológica, de como isso vai se dar. Havia um centro de visitação
406 nessa reserva, que foi transformado em uma área administrativa, não sei se retornou a

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

407 ser área de visitação. Então, essa área sim seria aberta para toda a comunidade. Se não
408 tem área de visitação a comunidade não entra. Desculpem-me aqui o pessoal das
409 comunidades, mas comunidade não entra. Visitação de 8600 pessoas em uma reserva
410 biológica... (Manifestação fora do microfone). No Morro do Osso. De qualquer forma eu
411 vejo, eu percebo que cada vez mais há um incentivo de irem escolas visitar a reserva do
412 Lami. O que antes era uma trilha que a gente mal percebia o que era, hoje é uma trilha
413 que as pessoas podem entrar sozinhas na reserva, seguir essa trilha e não vão se perder.
414 Tomara que não seja assim. Tomara que não seja assim! Mas me preocupa, quero deixar
415 aqui muito claro que nos preocupa essa possibilidade de abertura da Reserva do Lami
416 para uso da comunidade. **Márcia Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da**
417 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Káthia, agradeço e eu concordo. Inclusive, fico
418 feliz de saber que o COMAM tem pessoas com essa compreensão da legislação. E é a
419 nossa preocupação também. A Reserva do Lami tem algumas áreas que são abertas,
420 inclusive, esse centro de visitação, que tem um pequeno museu, mas além disso tem
421 trilha e somente as trilhas são feitas guiadas, de forma alguma podem entrar pessoas
422 sozinhas, apenas nos parques isso pode acontecer, tanto no Saint' Hilaire, quanto no
423 Morro do Osso. Reserva do Lami é só mediante condução. E isso também somente
424 dentro da área que é legalmente protegida e definida no plano de manejo. Algumas áreas
425 recebem apenas a visita mesmo da fiscalização, que é constante, principalmente no Lami,
426 em função da área bastante úmida, com limites de água, a gente tem muita intervenção
427 de caça. Então, a gente precisa constantemente da fiscalização presente. **Germano**
428 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
429 **SMAMS:** Mais algum questionamento? **Thiago Gimenes Fontoura, UAMPA:** Quero
430 aproveitar para me somar à preocupação da Conselheira Káthia sobre o uso das
431 reservas. Tem uma questão que há alguns meses atrás foi aprovado na Câmara
432 Municipal, um projeto de lei do prefeito que autoriza a concessão dessas áreas de
433 conservação à iniciativa privada para exploração. Eu faço uma pequena pergunta, se
434 existe no plano de atuação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente a ideia de se
435 conceder essas unidades de conservação à iniciativa privada para a sua administração?
436 O segundo questionamento, que é uma questão que nós vínhamos batendo no conselho
437 há algum tempo, que foi fruto de uma iniciativa do antigo governo, que foi a doação de
438 uma parte do Parque Saint' Hilaire para Viamão, em que pé está situação? Até, então, a
439 situação estava um pouco em *stand by*, parece que Viamão não queria de fato assumir,
440 estava tendo dificuldades para se oficializar essa doação. Inclusive, o parque foi
441 descredenciado do Sistema Nacional, do SNUC. E eu pergunto se foi recredenciado de
442 novo e que pé está essa situação, Márcia, da normalização do Parque Saint' Hilaire, da
443 parte que é de Porto Alegre e da parte que atualmente pertence a Viamão? **Márcia**
444 **Corrêa, Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou
445 rapidamente, porque eu já me entendi demais. O Saint' Hilaire, desse processo eu não
446 poderia falar agora, porque é muita informação. Então, eu sugiro que a gente passa vir
447 em outro momento falar somente do Saint' Hilaire. Quanto ao Saint' Hilaire dentro do
448 Sistema Nacional, sim, ele já está cadastrado. Todas as unidades estão cadastradas no
449 Sistema Nacional, Municipal, e todas elas estão sendo revistas no Estadual. Nós já temos
450 duas no estadual e outras duas do processo de cadastramento, dentro do sistema
451 estadual. Mais alguma coisa? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**
452 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Márcia. Então, passamos
453 ao item **2. APRESENTAÇÃO PLANO DIRETOR.** Importante apresentação da Ada. Por
454 favor, arquiteta, junto aqui estamos. Também a nossa diretora de planejamento Patrícia,
455 também vejo que a equipe de planejamento está lá atrás também, nossa equipe muito

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

456 forte aqui, que a gente acredita muito. Vamos para esse debate do plano diretor, um
457 pouco noções do que se pretende fazer, a realidade atual, essas construções que a gente
458 tenta trazer para amadurecer o debate. **Káthia Maria Vasconcellos Monteiro, Instituto**
459 **Augusto Carneiro:** Nós queremos saber a questão das concessões das unidades de
460 conservação. Como o Thiago falou. **Thiago Gimenes Fontoura, UAMPA:** Essa pergunta
461 é direcionada ao senhor, sobre a possibilidade, essa possibilidade de lei já existe de
462 concessão das unidades de conservação? Foi aprovado, não sei se foi sancionada pelo
463 prefeito. Está aprovado. Se passa pela sua ideia ou da secretaria de futuramente
464 conceder essas unidades de conservação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
465 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente não
466 amadureceu esse debate dentro do município, estou há duas semanas a frente da
467 Secretaria. Mas a gente tem conhecimento sim que o governo encaminhou uma proposta
468 dando como alternativa. Eu acho que não foi amadurecido o suficiente, se isso avançasse
469 teria que advir de estudos muito aprofundados que comprovassem a viabilidade, enfim, e
470 a proteção, que eu acho que todos almejam. Em hipótese alguma se quer conceder,
471 imagino, conceder em detrimento da preservação ou que haja qualquer restrição nesse
472 sentido. Acho que a construção, a possibilidade que se encaminhou lá no projeto de lei
473 era uma tentativa de dar um olhar de proteção, de dar uma atenção, porque a gente sabe
474 também das realidades de invasões que se tem. Às vezes o poder público cada vez com
475 mais dificuldades, menos servidores, tem uma burocracia bastante pesada para trabalhar.
476 Então, acho que essa possibilidade de a gente pensar em proteger, porque existe a
477 proteção legal, não há dúvida nisso, não há projeto de lei do município que vá modificar
478 isso. Eu acho que em havendo essa possibilidade nos dá mais uma oportunidade da
479 gente aprofundar esse debate, ver em que, em que formato, como poderia isso se operar,
480 se de fato o meio ambiente ganha com isso, se de fato a gente vai conseguir proteger. Eu
481 acho que é nesse sentido que a gente tem que amadurecer e o Conselho aqui é uma
482 ótima janela, tem um potencial enorme de promover esse debate, amadurecer isso, trazer
483 o seu conhecimento para quem sabe a gente propor algo mais maduro no futuro. **Fabiana**
484 **da Silva Figueiró, FIERGS:** Só para título de contribuição, parece que essa (Inaudível)
485 do município segue a linha da lei federal que foi publicada no ano passado, que também
486 atua sobre a possibilidade de concessão dos parques, das unidades de conservação. É
487 algo que me parece interessante e que merece sim ser melhor discutido, inclusive, no
488 âmbito deste Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
489 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheira. Passamos, então, à
490 apresentação do plano diretor. Ada, por favor. **Ada Raquel Doederlein Schwartz,**
491 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa tarde a
492 todos. Gostaria, então, de apresentar o que nós estamos propondo para revisão do plano
493 diretor. Essa proposta foi desenvolvida pela SMAMS dentro da Coordenação de
494 Planejamento Urbano da SMAMS, agora dentro da Diretoria de Planejamento Urbano
495 Sustentável. Então, um trabalho desenvolvido pela nossa equipe, agora com a
496 participação da Arquiteta Patrícia e do Secretário Germano. Então, eu trago alguns
497 materiais para a gente discutir, são duas apresentações curtas, que eu vou tentar explicar
498 para vocês da melhor maneira possível. Então, é importante antes da gente falar do plano
499 diretor, falar do que a gente vem imaginando na proposta, que a sociedade entenda que
500 quando a gente fala de plano diretor, plano diretor é uma lei que por obrigação federal tem
501 que ser revista, revisada no mínimo a cada 10 anos. Essa obrigação conta no estatuto da
502 cidade, mas tem uma peculiaridade, é uma lei complementar com uma peculiaridade,
503 diferente de toda e qualquer outra legislação no escopo brasileiro, que é o seguinte: plano
504 diretor é um pacto, um pacto que é feito por três principais agentes dentro da sociedade.

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

505 Um pacto que envolve o estado, a sociedade e o governo presente no momento que ele
506 começa e termina esse pacto. E os governos futuros nesses 10 anos, ou seja, no mínimo
507 três governos futuros, que ainda não estão aqui e que terão que integrar este pacto até a
508 próxima revisão. Este conceito é muito importante, porque nós temos aqui dois entes que
509 estarão dentro desse processo durante esses 10 anos de validade deste pacto, e um
510 terceiro a gente que vai mudar o logo do processo, e que deve integrar esse pacto,
511 obrigatoriamente, e destinar os recursos públicos para a viabilização e consolidação
512 desse pacto. Então, a lei do plano diretor tem um momento para cada um desses agentes
513 e passa a ser a soma dos momentos de cada um desses agentes. Então, existe o
514 momento que é do estado, onde se faz um diagnóstico técnico da situação atual. Se faz
515 propostas com base nesse diagnóstico. Se define basicamente como trabalhar os
516 problemas detectados no diagnóstico, como viabilizar essa proposta e como é que a
517 prefeitura deve funcionar para fazer esse pacto funcionar durante esses 10 anos. Por
518 outro lado, a sociedade também deve dizer quais os problemas que a sociedade enfrenta
519 a partir da sua vivência. Quando eu falo aqui “sociedade”, tanto cidadãos quanto as
520 instituições, toda a sociedade organizada dentro do território, que também terá os seus
521 diagnósticos, essas propostas. Haverá um momento de consolidação destas duas visões
522 dos dentes que são permanentes nesse pacto. E existe daí o momento com o terceiro
523 ente, que é a parte política, onde diagnósticos, propostas e instrumentos de gestão serão
524 discutidos e analisados na Câmara de Vereadores, onde podem também sofrer
525 contribuições, discussões. E o plano diretor, então, passando pelos três agentes é votado,
526 que tem que conter diagnóstico, propostas e instrumentos para viabilizar o pacto e a
527 maneira como a Prefeitura vai atuar para fazer o pacto acontecer nesses 10 anos.
528 Basicamente, isso que é um plano diretor. Esse conceito é muito importante de entender,
529 porque uma vez entendido como o pacto é importante a gente ter bem claro que ele serve
530 para balizar toda e qualquer ação ou tema sobre o território da cidade, que de alguma
531 forma se materializa. Ações que envolvem estado governo e sociedade que não tem
532 materialização no espaço. Eles não são objetos do plano diretor. Certo? Como, por
533 exemplo, políticas públicas sociais, como, digamos, incentivo a redução de preço de
534 passagem de ônibus para estudante, isto não é objeto de plano diretor; mas destinação
535 de áreas públicas para sociedade, áreas de lazer ou coisas desse tipo sim, ou seja,
536 coisas que são materializáveis, que passam a existir fisicamente no espaço. Isso sim é o
537 objeto do plano diretor. Então, até onde eu sei não existe no escopo jurídico brasileiro
538 nenhum outro tipo de lei que tenha este caráter de pacto. Então, uma vez que nós
539 alteremos esse pacto ao longo desse processo de 10 anos, ele tem que ser repactuado
540 entre todo mundo. Então, o que nós estamos fazendo agora é justamente discutir o
541 plano diretor. Então, a gente precisa repactuar entre esses agentes. Nós temos alguns
542 focos da revisão do plano diretor em função de alguns diagnósticos que nós já realizamos
543 ao longo de 2018. A gente nota que a cidade que a gente resultou longo desses 20 anos
544 não qualificou o espaço público da maneira que a gente desejava. E a gente quer, então,
545 entender de que forma e criar mecanismos para que o espaço público da cidade, e na sua
546 relação também com as retificações qualifiquem e torne agradável a cidade de Porto
547 Alegre. Não só para quem mora dentro das suas unidades habitacionais, mas
548 principalmente o ambiente da cidade, aqui a gente está discutindo muito o ambiente da
549 cidade. Nós falamos também na inclusão espacial, porque é esta cidade que a gente
550 gerou nesses últimos 20 anos, a gente ouve as pessoas comentando – ah, o que está
551 acontecendo com Porto Alegre? Parece que Porto Alegre não é mais tão gostosa, tão
552 bacana. A gente precisa fazer com que esta cidade, na sua qualificação do espaço,
553 consiga incluir as pessoas que não conseguem utilizar adequadamente o espaço da

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

554 cidade. O que significa isso? O espaço tem que estar tão qualificado que as pessoas
555 consigam acessar e usar tudo o que existe na cidade. Então, a gente tem aqui algumas
556 coisas já diagnosticadas; por exemplo: a dificuldade que os idosos têm de caminhar na
557 rua, de chegar aos lugares, de utilizar os serviços públicos, em fazer parte do cotidiano da
558 cidade. Isso vale para as pessoas com deficiência, para os cegos, para os cadeirantes,
559 para as crianças. Enfim, a ausência desse público todo cotidianamente no espaço faz
560 com que também o espaço deixe de ser seguro. A questão da segurança pública acaba
561 vindo, trazendo agora como inovação na discussão de cidade que a gente está propondo,
562 porque a gente já não consegue mais estar em qualquer hora, em qualquer lugar, a gente
563 não consegue caminhar com segurança, a gente não consegue estar no espaço público
564 para poder usar a cidade. Basicamente, essa é a questão, seja em que local da cidade
565 for, norte, sul, leste, oeste. Um dos critérios que nós vimos é que a gente necessita
566 detalhar um pouco mais a questão dos territórios na cidade, sejam bairros ou porções de
567 território, porque o plano diretor vigente nos deu um mecanismo de visão muito geral
568 sobre a cidade, que quando a gente tenta enxergar de que maneira isso atinge uma
569 região menor, e a maneira como isso atinge a vida das pessoas, dos moradores, a gente
570 não tem mecanismos estão adequados para poder verificar se as nossas decisões estão
571 sendo de fato as melhores nesse sentido. Então, que este olhar sobre porções de
572 território também ajude a fazer com que as decisões reforcem identidades próprias de
573 cada lugar, que as intervenções, por exemplo, na zona sul tenham características tais que
574 não conflitem com o seu estado, com que se deseja para aquela região, cujas
575 características, por exemplo, são diferentes da norte, do centro, da parte mais sensível da
576 cidade. Então, que a gente tenha esse olhar mais cuidadoso em relação às peculiaridades
577 de cada local, que a gente consiga ter também um encadeamento de escalas e de
578 legislações. Isto nós verificamos, como consequência agora do comentário anterior, que
579 faltou essa visão mais por porções menores de território. Eu tenho mais claro isso na
580 apresentação seguinte para mostrar para vocês. E também em dimensões externas a
581 Porto Alegre, porque a gente tem dificuldade de trabalhar alguns temas cujas
582 características começam fora de Porto Alegre e depois, entrando no território, também
583 faltam alguns instrumentos. A questão ambiental é uma delas para gente compatibilizar
584 com o plano diretor, por que a gente tem unidades de conservação fora do território de
585 Porto Alegre, mas cujos impactos são sentidos dentro do território de Porto Alegre. Então,
586 a necessidade de encadear as escalas de trabalho do planejamento urbano e das
587 legislações, criar um encadeamento mais otimizado. E um local onde a gente deixe todas
588 essas informações disponíveis, que podem ou não serem utilizadas para aprovação de
589 projetos, se for o caso em área privada, mas outros projetos em área pública ou ações
590 que possam ser feitas sobre a cidade. E que elas estejam disponíveis de maneira aberta
591 à população. Para a Prefeitura a revisão do plano diretor está considerada como um
592 projeto estruturante. Então, é um projeto prioritário para o governo e que envolve quatro
593 dimensões, uma dimensão técnica, uma dimensão, a dimensão que eu integro com a
594 minha equipe, a CPU - Coordenação de Planejamento Urbano/SMAMS. Existe a
595 dimensão social, que é toda esta discussão com a sociedade nas suas diferentes
596 organizações. tanto de pessoa física como jurídica, enfim. A questão institucional, porque
597 envolve discussões como, por exemplo, o Ministério Público, Governo do Estado, enfim,
598 outras instituições, e a questão política como já foi explicado para vocês. Então, a figura
599 do projeto estruturante da revisão do plano diretor, que é responsável por fazer essa
600 estruturação dessas quatro dimensões, que é Arquiteta Patrícia. Então, existem pessoas
601 que são responsáveis por cada uma dessas dimensões. Então, no caso, essa dimensão
602 sou eu e a minha equipe, e as outras dimensões com outros colegas de outras

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

603 secretarias, coordenadas e articuladas pela Patrícia. Qual é a abordagem, então? Esta
604 apresentação que estou fazendo aqui é a mesma que foi feita para o Conselho do Plano
605 Diretor. A abordagem prevista, nos momentos de discussão do plano diretor são os
606 momentos em que a sociedade pode parar e perguntar – o que queremos para o nosso
607 futuro? Qual é a nossa visão estratégica para o futuro? E qual é o pacto que a sociedade
608 fará para viabilizar essa visão estratégica, essa visão de futuro? Aqui foi demonstrada
609 uma pequena evolução do que aconteceu com Porto Alegre, desde a década de 50 até
610 aqui 2020, e aqui 2030, como tendência. E a gente nota através dessas cores, essas
611 cores significam a quantidade de tipos de cidade no mundo em função do tamanho da
612 cidade. Então, nós temos aqui nessa cor azul escuro as cidades que têm menos de 300
613 mil habitantes; nessa outra cor aqui as cidades muito pequenas que têm entre 300 e 500
614 mil habitantes; aqui as cidades pequenas que têm entre 500 e 1 milhão; em amarelo são
615 as cidades médias entre 1 e 5 milhões; a outra cor entre 5 e 10 milhões, cidades grandes;
616 as megacidades com mais de 10 milhões de habitantes. O que aconteceu com Porto
617 Alegre? Na década de 50 Porto Alegre era uma cidade muito pequena. Na década de 60
618 ela já mudou de categoria, passou por uma cidade pequena. Na década de 70 continua
619 ainda com esse tamanho. Na década de 80 ela entrou nessa categoria de cidades
620 medianas. Nas décadas de 90, 2000, 2010, 2020 se manteve nessa categoria e assim
621 deve ficar. Então, Porto Alegre é uma cidade mediana, mas que mudou de categoria em
622 20, 30 anos de uma maneira muito rápida, sofreu um processo de urbanização muito
623 rápido e esse processo deixou muitas carências. Essas carências a gente vem tentando
624 trabalhar nos planos que houve na década de 70, 79, o plano de 99 e a revisão de 2010.
625 E também é importante dizer que Porto Alegre, se na década de 50 fazia parte de 2% do
626 tipo de cidade do mundo, agora Porto Alegre faz parte de um grupo de cidades que
627 representa 12,1% do mundo. O que isso nos diz? Diz que Porto Alegre tem um papel no
628 mundo, uma presença no mundo que cada vez mais aumenta e que a cidade precisa se
629 abrir para o mundo. Nós temos uma tradição onde se comenta que o porto-alegrense é
630 muito bairrista, mas da mesma forma que a gente tem que olhar para dentro com mais
631 cuidado, a gente tem que olhar para fora com mais cuidado. Nós estamos sendo
632 questionados – Afinal de contas, vocês Porto Alegre, o que fazem no mundo, o que vocês
633 contribuem no mundo e o que vocês representam para o mundo? Essa é a primeira
634 pergunta que a gente traz. Aqui a gente tem um histórico do que aconteceu com a cidade
635 desde 1950 até 2020, na década de 50 era a quinta cidade mais populosa do Brasil.
636 Então, era uma das cidades mais importantes. E ao longo das décadas foi caindo. Em
637 2010 se tornou a décima cidade mais importante. Quando sair o novo censo
638 provavelmente seja 11^a, caia mais um número, porque aqui nós temos a taxa de
639 crescimento da cidade, perto das demais taxas de crescimento das capitais e é muito
640 baixa. E aqui a gente tem Goiânia, por exemplo, com uma taxa de duas vezes e meia
641 mais que Porto Alegre. Então, Goiânia também deve se tornar mais importante do que
642 Porto Alegre no cenário nacional. Esse olhar nos faz repensar de fato que caminho nós
643 escolhemos, o que estamos trilhando e o que está acontecendo. Em uma das questões
644 que a gente verificou é que nesse processo de urbanização acentuada que teve na
645 década de 50 até agora, o plano diretor de 59, que foi o primeiro plano diretor, naquele
646 instante, no mundo, a discussão que se fazia de cidade era de características tais que
647 não envolviam naquele momento questões ambientais, porque o território ocupado pela
648 cidade era um território que a menor parte era urbana e a maior parte tinha características
649 naturais. Quando a gente vê no Plano Diretor de 79, plano seguinte, nós temos um
650 crescimento da cidade, mas a gente ainda tem as questões ambientais mais preservadas.
651 A gente chega lá no plano diretor de 99, onde tudo foi considerado cidade, deixou de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

652 existir o conceito de rural e urbano. Então, a cidade inteira passa a necessitar dos
653 serviços da cidade. Lembrando que quando a gente tem a categoria rural não há o
654 pagamento de IPTU e sim de TR para o estado e não para o município. Esta atitude gerou
655 algumas consequências sobre a cidade, a gente teve a revisão de 2010. Então, onde a
656 gente tem cada vez mais o crescimento das cidades, a questão ambiental entrando cada
657 vez mais forte. E a gente teve posteriormente a zona rural como resgate, justamente
658 porque o conceito de ruo-urbana não funcionou na sua prática. E a gente vem agora
659 discutindo como se dá essa relação com as áreas não intensivas dentro do município.
660 Dentro desse espraiamento de cidade, essa relação entre a área intensiva e a área
661 rarefeita é normal que nós façamos alguns questionamentos, e esses questionamentos
662 estão sendo feitos não só por Porto Alegre, mas por várias cidades que hoje estão
663 discutindo seu plano diretor dentro dessa realidade. Discussões como: como fica a
664 urbanização versus as áreas a serem protegidas? Como que a gente trabalha
665 adequadamente com isso? Como é que fica a questão da zona rural? Como é que a
666 gente trabalha com as áreas de risco, já que cada vez mais o processo de urbanização
667 impacta as áreas naturais? Como a gente trabalha com a ocupação dos locais que não
668 são adequados, as que são áreas de risco? Como é que a gente trabalha a questão da
669 regularização fundiária? Como é que a gente trabalha a questão do tamanho das
670 unidades habitacionais, já que eu tenho mais pessoas no mesmo espaço ou no espaço
671 cada vez maior dentro do território? Como é que a gente trata o espraiamento da cidade
672 dentro do território? Como é que a gente consegue ter condições de habitar a questão a
673 iluminação e ventilação? E como é que fica o espaço da cidade em relação à iluminação e
674 ventilação? Como é que a gente consegue atender toda a cidade, já que ela vem
675 sofrendo um fenômeno de espraiamento, de se espalhar pelo território? Como é que a
676 gente consegue atender todos os cidadãos adequadamente? Como é que a gente
677 consegue trabalhar a questão da paisagem urbana versus a questão daquelas edificações
678 históricas? Como é que a gente consegue crescer e se desenvolver, mas ao mesmo
679 tempo preservar a identidade que existe? Então, nós temos a questão da preservação
680 das áreas ambientais, a questão da preservação da memória da identidade. Como é que
681 fica a questão da mobilidade urbana nesse espraiamento que nós fizemos de cidade?
682 Como é que fica a necessidade de espaços públicos suficientes e adequados ao convívio,
683 para justamente as pessoas estarem cada vez mais na rua? Como é que a gente trata os
684 conflitos sociais no meio urbano? Que é a questão da segurança, se nós queremos as
685 pessoas na rua utilizando mais a cidade. Como a cidade pode ser mais segura no que
686 tange ao que o poder público municipal pode fazer a respeito? Como é que a gente
687 convive no meio urbano? E como é que a gente traz oportunidades econômicas a todos
688 na cidade? Como é que a gente consegue fazer isso dentro desse contexto, este
689 momento de evolução que nós nos encontramos? A gente tem alguns potenciais naturais
690 e alguns potenciais que a gente pode induzir, de antemão a gente traz alguns deles.
691 Primeiro, saibam vocês que Porto Alegre é a capital do Brasil com mais idosos por
692 habitantes. Nós somos o Japão do Brasil. Que implicações tem na configuração da
693 cidade? Que implicação tem na maneira como essas pessoas podem usar a cidade? Que
694 implicação isso tem no desenvolvimento econômico da cidade? Que implicação isso tem
695 nas questões sociais na cidade? É importante dizer que esse processo de
696 envelhecimento no qual Porto Alegre lidera no país também vai ser seguido por toda a
697 região sudeste logo mais e por outras regiões marcadas aqui no mapa. Então, o que nós
698 quisermos e propusermos na revisão do plano diretor pode ser modelo para todo este
699 processo pelo qual as outras regiões do país vão passar. Outro potencial que a gente tem
700 é o turismo, Porto Alegre é destaque no cenário internacional em relação aos seus

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

701 serviços de saúde. Nós temos especialistas de alto gabarito, nós somos referência no
702 mundo. Como é que a gente pode fazer com que isso traga a qualidade de vida para o
703 cidadão e como é que isso pode se refletir no espaço da cidade? Como é que a gente
704 pensa os espaços para que as pessoas consigam usar e que de alguma forma não
705 comprometa ou não onere a questão de saúde, por exemplo, do município, à medida que
706 a gente estimula que as calçadas estejam adequadas, as pessoas consigam caminhar e
707 consigam ter uma longevidade maior? Outra característica que Porto Alegre tem, que é a
708 primeira ou a segunda, a segunda cidade com mais mestres e doutores por habitante do
709 Brasil. Isso significa que a nossa sociedade também tem um alto poder crítico, um alto
710 nível de conhecimento e de capacidade de produzir inovação. Como é que a gente cria
711 ambientes, espaços, para que as pessoas que recebem aqui uma alta qualificação, a
712 nível mundial, permaneçam aqui na cidade e façam dessa riqueza que eles adquirem de
713 capacitação, contribuam para o desenvolvimento da cidade? O que a gente vê é que nós
714 formamos pessoas de alto gabarito, mas nós não conseguimos fazer com que elas
715 permaneçam na cidade. A gente exporta talentos e esses talentos desenvolvem produtos
716 e serviços em outros lugares, qualificando a vida das pessoas em outros lugares e que
717 poderiam estar fazendo isso aqui. Aqui, como potencial de origem natural, a gente traz a
718 questão das ilhas do Delta do Jacuí. Nós verificamos que a relação não só da cidade com
719 a orla, mas a relação da cidade com as Ilhas foi uma relação que foi se perdendo com o
720 tempo. Quando a gente pergunta, hoje já é mais visível para as pessoas em função da
721 Orla Moacyr Scliar, que Porto Alegre tem uma orla. Sim, Porto Alegre tem uma hora e não
722 só esse trecho, Porto Alegre tem mais de 70 km de orla, mas Porto Alegre também é uma
723 cidade com ilhas. Quando a gente pergunta assim: você sabe que mora em uma cidade
724 que tem ilhas? O porto-alegrense normalmente disso “não”. Não há essa noção e nós
725 somos uma cidade com ilhas, só no Delta 16 ilhas e mais abaixo, na parte sul, mais
726 algumas ilhas. Como é que a gente pode tratar isso em relação ao turismo náutico, ao
727 turismo, ao ecoturismo? Existe todo um contexto geográfico em relação às ilhas do Delta,
728 que nos coloca em uma situação tão peculiar e tão especial, segundo próprio Ministério
729 do Meio Ambiente, a ponto do já falecido Jack Cousteau, para quem já ouviu falar, ter
730 chamado a atenção dele para ter vindo aqui para conhecer justamente este presente que
731 ganhamos da natureza. Como é que a gente pode fazer disso um atrativo para a cidade
732 trazendo ecoturismo? Bom, o que a gente nota? Que ao longo de todos esses anos a
733 gente vê muitas propostas, muitas ações, enfim, ocorrendo pelas diversas administrações
734 em relação à cidade de diversos projetos, mas que nos parecem descosturados entre si e
735 que poderiam, deveriam ser adequadamente costurados para que tanto recurso pudesse
736 ser otimizado, quanto o resultado sobre a cidade. Então, a gente nota que essa
737 descostura vem de um enfraquecimento do plano diretor e de uma aderência não total
738 dos diversos agentes em relação ao pacto, que deve ser o plano diretor, e que sim a
739 gente tem que lembrar e resgatar nesse momento de discussão que o plano diretor é que
740 direciona o desenvolvimento estratégico da cidade. Então, ele tem que ser forte, ele tem
741 que ser aderente e ele tem que ser amplo o suficiente para contemplar todos os
742 interesses. Então, dentro disso verificamos que hoje nós temos um plano diretor que
743 contempla a dimensão da cidade, quando a gente tem que avaliar coisas nesta escala e a
744 partir desta escala a gente cai para aprovação de coisas no lote privado; mas que
745 estamos carecendo de definições, por exemplo, na escala metropolitana, que tem
746 implicação na questão ambiental das unidades de conservação ou que tem implicação na
747 mobilidade urbana. Porto Alegre, pela posição onde se situa dentro da região
748 metropolitana, toda ela converge para Porto Alegre. Então, a gente acaba fazendo
749 investimentos, por exemplo, em vias que os moradores pagam IPTU, enfim, se viabiliza

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

750 vias dentro da cidade, mas que o trânsito de outros carros de maneira pesada chegam da
751 região metropolitana para cá e que causam desgastes muito mais acelerado. Por
752 exemplo, só para vocês entenderem o impacto que significa, falta uma leitura também de
753 Porto Alegre em relação a capital do Estado. Porto Alegre no plano diretor como capital
754 do Estado, nós não temos hoje no nosso plano diretor. No que isso atinge? Como é que a
755 gente se vincula aos financiamentos que são feitos para os PPAs do Estado? O estado
756 também é dividido em várias regiões e para cada região, a região de Porto Alegre se
757 insere, a Região de Planejamento 1, cujos investimentos poderiam estar compatibilizados
758 e otimizadas com os investimentos municipais. E como é que Porto Alegre se enxerga no
759 cenário nacional? Qual é o papel de Porto Alegre hoje? Qual é a cara? Qual é a
760 potencialidade que Porto Alegre tem? Qual é a característica que Porto Alegre tem que
761 difere das demais capitais do país? Por outro lado, a gente tem a dificuldade, a ausência,
762 quando a gente trata de porções pequenas do território, de ter instrumentos adequados
763 para trabalhar, desde relação de mitigação, compensação, como é que a gente trabalha
764 nisso com mais utilização e precisão. Ao mesmo tempo como é que a gente trabalha os
765 projetos no espaço público. A gente tem uma dificuldade aqui, por exemplo, um órgão faz
766 o projeto viário ,outro faz arborização, cada um faz um projeto, cada um faz uma ação
767 sobre o espaço público e gera uma das consequências da tão famosa discussão, que um
768 dia abre o buraco, outro dia fecha o buraco, abre o buraco, fecha o buraco... E a gente
769 tem uma regulamentação própria para os lotes, que não está de acordo, tão em harmonia
770 com escala da cidade. Aqui nós tomamos como referência uma maneira como
771 planejamento urbano funciona na Austrália, para nos deixar claro que, imaginem vocês
772 qual a relação de causa e efeito aonde eu não faço uma vinculação adequada do que
773 acontece em cada tamanho de espaço, é como se o efeito que vem do que acontece na
774 região metropolitana sobre a cidade, como se eu não olhasse que feito isso traz na
775 cidade, que consequências isso traz, de quem é a responsabilidade? O que a gente gasta
776 por coisas que muitas vezes não somos nós que causamos? Então, a gente tem que
777 enxergar esse encadeamento claro, essas relações de causa e efeito para criar esses
778 vínculos, esses comprometimentos e a gente poder fazer uma cidade melhor. Nisso a
779 gente definiu o seguinte, que nós precisamos ter uma visão estratégica, que a gente
780 aprenda a olhar para fora e uma visão de porções de território e que nos capacite a
781 desenvolver projetos urbanos. Para essa estratégia externa o que nós adotamos? O
782 Brasil se comprometeu a 17 objetivos, que são os 17 objetivos do desenvolvimento
783 sustentável como pauta da agenda internacional de ações que devem ser feitas, cuja
784 demonstração de resultado vai acontecer em 2030, na Agenda 2030. E o Brasil se
785 tornando aderente desses 17 ADS, a compromisso internacional, nós adotamos isso
786 como a nossa estratégia externa. Nós definimos uma estratégia interna a partir de
787 encontros com a sociedade, o primeiro encontro com a sociedade lá no Capitólio, e de um
788 workshop com o Conselho do Plano Diretor. Estão estabelecidos 12 temas. Então, o
789 nosso olhar sobre a revisão do plano diretor passa a ser 17 ADS, as estratégias hoje
790 existentes no plano diretor e estes 12 temas, que são frutos da manifestação inicial da
791 sociedade sobre temas que querem que o plano diretor de alguma forma ajude a resolver,
792 que é: uso do solo, estrutura e paisagem urbana e ambiental. De que forma a paisagem
793 urbana entra em harmonia com a paisagem ambiental natural? Desenvolvimento
794 econômico, desenvolvimento social, mobilidade, acessibilidade e infraestrutura. Aqui a
795 que a gente tem água, energia e resíduos sólidos. A questão da resiliência, nós temos
796 passado por eventos climáticos. Porto Alegre passou pela ventania, pelo tornado, a gente
797 passa por questões de alagamento, enfim, como é que a cidade trabalha com essa esse
798 cotidiano novo que passou a ter? É a questão da resiliência. A questão da segurança

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

799 urbana. Nós não utilizamos o termo segurança pública para não confundir com a
800 competência, que é do Governo do Estado. A segurança urbana diz respeito a quê? De
801 que forma eu penso a cidade, para não tornar o espaço onde as pessoas estão circulando
802 na rua inseguro. Por exemplo, quando eu penso numa série de condomínios lado a lado,
803 com muros altos na frente, as pessoas que caminham nesse ambiente de rua, como se
804 estivesse embretada numa rua, onde caso ela venha sofrer algum assalto ninguém vai
805 ver, ninguém sabe o que está acontecendo com ela, simplesmente não se tem ideia.
806 Então, como é que a gente pode criar ambientes urbanos mais seguros? Como é que a
807 gente trabalha, que biodiversidade e serviços ecossistêmicos dos recursos todos naturais
808 que existem no município? Como é que a gente pode fazer com que eles se integram ao
809 ambiente urbano sem perder o que nós temos como presente da natureza? A questão
810 dos espaços e equipamentos públicos, a questão do desempenho e habitabilidade das
811 edificações, o quanto as edificações podem estar gerando sombra ou falta de iluminação,
812 ou falta de ventilação, os espaços que as pessoas estão. De que forma a gente possa
813 pensar a edificação para que ela traga mais qualidade de vida para o espaço público,
814 espaço que é de todos. A questão do patrimônio histórico e cultural, e a questão da
815 gestão democrática e aprendizagem social. Aqui são colocadas as discussões da cidade,
816 que toda essa discussão seja qualificada e que sempre o poder público possa trazer
817 mecanismos de capacitação para aumento do nível da discussão, para que gere uma
818 aprendizagem social, para que tenhamos cada vez mais uma participação, uma
819 colaboração no sentido mais construtivo em relação à cidade. Essas são as estratégias
820 colocadas. Uma das coisas que nós vimos nesse encadeamento de escalas, que nós
821 temos representados por uma árvore, que a gente entende que a árvore representa bem
822 a ideia que a gente vem trazendo, que o plano diretor precisa, como sendo o tronco da
823 árvore, ele precisa tá estar bem alicerçado em legislações federais, estaduais e acordos
824 internacionais do país, sejam de que assuntos forem essas legislações, se de natureza
825 ambiental, de natureza urbanística, enfim, seja qual forem os temas aqui existentes, mas
826 que o plano diretor saia bem estruturado. A partir dele a gente tenha planos setoriais, aqui
827 representado pelos galhos, projetos setoriais. E que a gente tenha como última instância
828 o fruto, que é o que a sociedade pergunta para poder público: o que ela quer? Ela quer as
829 coisas executadas e os serviços atendidos hoje. O que acontece é que esses serviços, é
830 preciso entender que eles vêm de um encadeamento muito bem estruturado e que a
831 gente verificou que ao longo dos últimos 20 anos esse encadeamento ficou falho, foi
832 ficando enfraquecido a partir do momento em que existem muitos planos acontecendo e
833 que não, necessariamente, um potencializa o outro. Muitas vezes um prejudica o outro ou
834 um entra em conflito com outro. A gente só consegue melhorar a cidade a partir do
835 momento que todas as coisas se somam e não se anule. Isso acaba atingindo também o
836 modo de trabalho que a prefeitura vem atuando, para que a gente possa entrar cada vez
837 mais em harmonia com o que cada órgão faz e da maneira como cada um atua, sempre
838 atendendo esse pacto. Aqui, só para vocês terem uma ideia, algumas implicações que a
839 gente tem. Hoje a nossa cidade, pelas densidades que o plano diretor propõe, densidade
840 significa previsão de número de pessoas na cidade, a previsão do número de pessoas
841 varia do verde mais claro ao vermelho mais escuro. Então, se enxergou a cidade mais
842 ocupada em certas partes do território e menos ocupada em outras partes, mas se
843 enxergou na última revisão de 2010 uma cidade para mais de 4 milhões de pessoas. Se a
844 gente verificar a primeira lâmina que apresentei para vocês, dizendo que Porto Alegre é
845 uma cidade média, e assim será por muito tempo, a cidade média entre 1 milhão e 5
846 milhões de habitantes. Quando a gente compara com que a gente tem hoje na cidade e a
847 maneira como essa densidade se distribuiu em pouco menos de 1 milhão e meio de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

848 habitantes, a gente verifica que ao invés das pessoas se aglomeraram em certos pontos,
849 a partir de um certo momento começaram a se espalhar muito e isso tem um custo cidade
850 muito grande. a gente acaba tendo um custo de cidade que a gente tem que rever, que
851 otimizar para que a gente acabe desde não comprometendo tanto os recursos naturais,
852 quanto aproveitando a infraestrutura da cidade que já existe pronta, e que muitos locais
853 ela está subutilizada. Então, que mecanismos a gente pode fazer ao invés da cidade
854 continuar se espalhando, que ela pare esse processo e que se concentre nesses outros
855 pontos que hoje, cuja infraestrutura ainda se encontra subutilizada e que pode sim nesses
856 10 anos ou mais, inclusive, comportar todos os cenários e o crescimento futuro que a
857 cidade tem. Assim, a gente começa a resolver ou impedir que aconteça novamente
858 alguns dos problemas que a gente viu acontecendo ao longo desses 20 anos. Como, por
859 exemplo, os questionamentos da questão da preservação ambiental com a questão da
860 ocupação, que é um dos temas. A questão da mobilidade, o custo da mobilidade para o
861 poder público é outro tema e assim por diante. É importante a gente saber, estudando
862 aqui a questão de melhorar a ocupação da cidade, Porto Alegre: que partes da cidade a
863 sociedade é que ajuste? O que não está bom em cada lugar? É importante que a gente
864 saiba que o nossa cidade tem uma conta máxima fechada do que a gente pode ser, e
865 esta conta é importante que a gente entenda que não está na nossa escolha, mas que
866 dentro desta conta máxima a gente pode sim escolher, mas que a gente não pode
867 ultrapassar essa conta máxima. Essa conta máxima quando a gente fala em alturas, por
868 exemplo, nós temos um teto de ocupação da cidade, que são todos os aeródromos, as
869 pistas que existem ao redor de Porto Alegre, nós temos em Porto Alegre, Canoas,
870 Eldorado, que influenciam o tipo de ocupação que a gente pode ter no quesito altura.
871 quando a gente lembra que Porto Alegre é uma cidade com 42 morros, Floripa é uma
872 cidade com 42 praias, Porto Alegre é uma cidade com 42 Morros, esse teto, dependendo
873 do lugar onde a gente escolhe ocupar, ele vai dar uma restrição do que a gente pode
874 fazer em cada lugar, além das próprias questões ambientais, que é o ponto seguinte que
875 eu vou comentar aqui. Aqui nós fizemos um estudo, aqui é a cidade hoje, os lugares que
876 o plano permite 42 m de altura e aqui 52 m de altura. A nossa cidade previu no máximo
877 52 m de altura. Este número a gente vem questionando porque este número de 52, mas
878 quando a gente olha em relação à posição na cidade, quando a gente olha que o modelo
879 de cidade que foi escolhido em 99 e revisado em 2010, tinha essa ideia de que as alturas
880 maiores poderiam estar da metade para cima da cidade, quando a gente compara com as
881 limitações desse aeródromo a gente verifica que muitos desses lugares não poderiam ter
882 altura sugerida. Este mapa é o penúltimo mapa, nós viemos atualizando, o mapa atual
883 tem áreas vermelhas em menor quantidade. Aqui representando as áreas vermelhas o
884 local onde a gente furou esse teto e que a gente nota que tem mais liberdade da cidade
885 mais próximo à orla. Então, a gente tem que fazer uma rediscussão na cidade em relação
886 a este critério para que a gente possa ter uma escolha de cidade, que a gente possa ter
887 com certeza. O outro critério é ambiental, que começamos a fazer todo esse mapeamento
888 de todas as unidades de conservação, isso que a Márcia apresentou, nós começamos em
889 2016 um mapeamento, junto não só do SNUC, mas do Código Florestal sobre a cidade
890 para verificar, esse mapeamento não existia em nenhuma base de dados da prefeitura.
891 Então, para verificar o quanto nós poderíamos ocupar do território, aí a taxa de ocupação,
892 quanto do terreno eu posso usar. E aqui a gente nota que a cidade se divide nessas duas
893 grandes áreas e a gente também está fazendo um mapeamento das áreas de risco.
894 Basicamente, a gente nota também que tem que otimizar um pouco mais a ocupação e
895 fazer algum ajuste de regime urbanístico, para que a gente consiga antever melhor estes
896 critérios e facilitar essa discussão dos empreendimentos, ou facilitar essa discussão com

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

897 a sociedade. É importante vocês terem conhecimento que o plano diretor hoje vigente
898 propunha 32 programas dentro dele, ele tem as 7 estratégias colocadas e propõe 32
899 programas dentro dele, destes programas apenas uma parte foi começada com alguma
900 algum descompasso em relação a esse encadeamento e ao pacto vigente, que a maioria
901 não foi sequer começado. Então, aqui representados os programas que foram começados
902 e os programas que nem sequer foram começados. Então, do modelo previsto de pacto
903 em 99 a gente viu que muita coisa dele não se realizou, muita coisa não se realizou e que
904 a gente tem que ir de novo repensar, afinal de contas, a gente tem muito trabalho para
905 fazer, muita coisa para detalhar. Então, a nossa estratégia passa a ser o quê? Olhar a
906 escala das porções de território por um detalhamento mais preciso, para gente poder
907 atingir o seguinte: poder ter um detalhamento dessas estratégias dentro de porções de
908 território, para que a gente possa ter menos regras dentro de aprovação de lotes; ou seja,
909 que a gente tenha um encadeamento de regras já direcionadas para porções menores
910 para uma efetividade de ação do poder público. Este exemplo que a gente está trazendo
911 para discussão é o caso do que Curitiba fez, Curitiba adotou esse sistema dessa escala
912 intermediária, ele chama de planos regionais. Então, lá eles têm o plano diretor e têm os
913 planos regionais. Os planos regionais eles pegaram um bairro dentro de uma região de
914 bairros e eles já detalharam aqui esta porção, onde já tem o mapeamento prévio do que
915 tu poderias e o e que tu deverias atingir em relação a todos os projetos e obras públicos e
916 privados que aconteceram naquela região. Cada uma das estratégias ou dos desejos da
917 sociedade já estariam definidos em que parte do território. Esse é o modelo então de
918 Curitiba que a gente traz aqui, vocês encontram no site da Prefeitura de Curitiba. Algumas
919 discussões a gente vem pautando, por exemplo, com esse sistema, que a gente possa
920 melhorar, qualificar a discussão do impacto, lembrando que hoje o conceito da
921 sustentabilidade é que todo mundo causa, impacto independente do seu porte. E que a
922 gente possa ter um banco de contrapartida para cada região da Cidade. A construção
923 com a sociedade dentro desses 12 temas, a gente pretende fazer esses detalhamentos
924 para poder se aproximar muito mais do desejo da sociedade, trabalhando numa escala
925 menor. E que a gente consiga envolver muito mais as pessoas nessa discussão, porque a
926 gente viu que em 99, em 2010, que menos de 1% da população discutiu que pacto queria
927 por 10 anos. Então, menos de 1% decidiu sobre 99%, que a gente crie um envolvimento
928 maior e que a gente não esqueça dos idosos, das crianças e das pessoas com
929 deficiência, que foram seguimentos da sociedade que não estiveram presentes ou tão
930 contemplados nos momentos anteriores. Eu não estou excluindo nenhuma representação,
931 nenhuma forma de organização, que houve em os outros momentos, mas que a gente
932 tenha atenção também a esses grupos que não estiveram presentes. Enfim, aqui a gente
933 imagina que faça uma organização dentro do poder público para este trabalho e tenha
934 uma organização com todas as formas de representação da sociedade e que tenha um
935 grupo central condutor deste processo. Então, são essas as metodologias, agora que o
936 secretário comentou que estão sendo discutidas para poder definir como isso vai
937 acontecer dentro do poder público. Então, aqui colocados os principais conceitos para
938 vocês. A partir deste material foi elaborado um TR, este TR é um documento bem
939 robusto, onde os órgãos todos fizeram as suas colaborações e considerações. E é neste
940 momento que a gente se encontra, então. Obrigada. (Aplausos). **Germano Bremm,**
941 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
942 **SMAMS:** Obrigada, Ada. Excelente profissional que está à frente da condução do nosso
943 plano diretor. Sem dúvida vai pautar a nossa discussão nesse próximo ano, ao final deste
944 ano, junto com a Patrícia aqui também, excelente profissional. Em função do avanço da
945 hora a gente sugere dar continuidade nas outras pautas no mês que vem. **Lígia Maria de**

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

946 **Faria Miranda, Associação Toda Vida:** Uma consideração com relação ao plano diretor.
947 Há 30 anos fiz parte da equipe que fez a revisão do plano diretor. Então, eu vejo uma
948 coisa muito legal, vocês evoluíram para caramba, estão vendo a cidade de uma forma
949 sistêmica, eu achei isso sensacional. Tem uma coisa que eu gostaria de que vocês
950 pensassem sobre o assunto, nas diretrizes vocês botam diretrizes superimportantes, a
951 mobilidade urbana, aí vocês colocam cidade para as pessoas. O que a gente vê hoje e
952 que vários estudiosos dizem? Uma cidade com qualidade de vida é uma cidade que tem
953 biodiversidade. Então, eu faria um olhar de cidade para todos os tipos de vida. No
954 momento que a gente percebe a cidade em que ela não é só para o humano... Claro que
955 é muito melhor ela ser para o ser humano do que ser para o carro, né, porque
956 antigamente a cidade estava voltada para o carro. Então, botar isso nas ideias, nas
957 propostas que a cidade tem que ter biodiversidade. Então, ela tem que ser para todos os
958 tipos de vida. (Manifestação fora do microfone). Eu fiquei superfeliz, adorei isso, mas eu
959 digo para colocar ali ao invés de “cidade para as pessoas”, “cidade para todos os tipos de
960 vida”. Vai ter uma dimensão totalmente diferente. E parabéns por terem colocado os ODS.
961 Muito obrigada. **Káthia Maria Vasconcellos Monteiro, Instituto Augusto Carneiro:** Já
962 que a Lígia retomou o debate, eu quero perguntar quem representa o meio ambiente da
963 sociedade civil? Eu sei que tem vários representantes, mas quem representa o meio
964 ambiente? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
965 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Esses grupos não estão formados ainda, estamos
966 construindo ao longo desses últimos tempos a metodologia, mas logo em seguida a gente
967 vai estruturar essa construção da representação do meio ambiente, a sociedade civil
968 organizada, Câmara de Vereadores, enfim, essas interlocuções com a sociedade que tem
969 que haver. A gente vai construir e vamos ter esses nomes logo em breve. **Káthia Maria**
970 **Vasconcellos Monteiro, Instituto Augusto Carneiro:** Secretário, com todo respeito, eu
971 acho que um Conselho de Desenvolvimento Urbano e Ambiental tinha que ter no
972 Conselho representantes da sociedade civil da área ambiental, que vai ter no grupo de
973 trabalho ótimo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
974 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselho do CMDUA tem, o Darci
975 Campani da ABES e outra, tem duas entidades ambientais. **Káthia Maria Vasconcellos**
976 **Monteiro, Instituto Augusto Carneiro:** Eu quero aproveitar e pedir que o senhor
977 convoque um grupo de trabalho foi criado para analisar um projeto financiado pelo Fundo
978 do Meio Ambiente, que está parado há muito tempo. Esse projeto parece que (Inaudível)
979 de prestação de contas e é inconcebível que não se tenha essa resolução a mais de ano.
980 Então, o senhor está assumindo agora, eu quero pedir encarecidamente que convoque,
981 porque nós não podemos mais esperar, é uma vergonha. **Gabrielle Aquino, Secretário**
982 **Executiva:** É do Edital 01/2014, das abelhas nativas? **Káthia Maria Vasconcellos**
983 **Monteiro, Instituto Augusto Carneiro:** É da Ecoconsciência. **Gabrielle Aquino,**
984 **Secretário Executiva:** Sim, ele foi publicado no DOPA, agora eu mandei e-mail para
985 vocês hoje pela manhã com a publicação e a convocação para reunião semana que vem.
986 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
987 **Sustentabilidade - SMAMS:** Então, encerramos a reunião.

988 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal de*
989 *Meio Ambiente, às 16h30min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia*
990 *Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio*
991 *da presunção de veracidade.*